



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

108

[Assinatura]

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0000112.43. 2005.8.17.0810 (0306930-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

PROCURADOR : LUIZ KEHERLE CORDEIRO BEZERRA

AGRAVADO : DOMINGOS SÁVIO M. DE MELLO

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATORA CONVOCADA: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INEXISTÊNCIA DE VALOR ALVITANTE. APRECIÇÃO EQUITATIVA DO JUIZ. INEXISTÊNCIA DE LIMITE AOS PERCENTUAIS DE 10% E 20% PREVISTOS NO § 3º DO ART. 20 DO CÓDIGO DE RITOS.

1. A relação jurídica de base cuida de cobrança dos créditos tributários referentes a IPTU e TAXAS IMOBILIÁRIAS relativos aos exercícios fiscais de 1999 a 2001. Após a devolução da carta de citação, o espólio do executado apresentou exceção de pré-executividade, alegando a ilegitimidade passiva do executado. A objeção foi acolhida pelo magistrado de base, que extinguiu o processo sem resolução de mérito, e condenou o Município exequente no pagamento dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da execução.

2. O arbitramento dos honorários advocatícios não se restringe aos percentuais de 10% a 20%, previstos no § 3º do art. 20 do CPC. Pode o julgador utilizar-se de percentuais sobre o valor da causa ou da condenação, assim como estabelecê-los em valor fixo, apreciação esta subjetiva do magistrado, o que ocorreu *in casu*.

3. A fixação dos honorários advocatícios, por força do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC tem como critérios o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Observo, entretanto, que o art. 20, § 4º, do CPC, deve ser interpretado de maneira que a remuneração do causídico não seja atribuída em valor nem excessivo nem ínfimo.

4. *In casu*, o valor arbitrado pelo magistrado de piso não destoia de critérios de razoabilidade e proporcionalidade, não merecendo minoração, posto que encontra-se em coerência com as particularidades da lide.

5. Quanto à alegação de inadequada aplicação, *in casu*, do art. 557, *caput*, do Código de Ritos, mister acrescer que, no *decisum* agravado, restou claramente demonstrado a existência de orientação sedimentada no âmbito de Tribunal Superior que respaldou a tese adotada.

6. Agravo Legal conhecido e desprovido.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

109
rp.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0306930-3, em que figuram como Agravante e Agravado o Município de Jaboatão dos Guararapes e Espólio de Domingos respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

110
J.P.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0000112.43. 2005.8.17.0810 (0306930-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

PROCURADOR : LUIZ KEHERLE CORDEIRO BEZERRA

AGRAVADO : DOMINGOS SÁVIO M. DE MELLO

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATORA CONVOCADA: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

1. Trata-se de agravo legal previsto no art. 557, §1º, do CPC, aviado contra decisão monocrática desta relatoria que, com esteio no art. 557, *caput* do Código de Ritos, negou seguimento ao recurso de Apelação nº 0306930-3, interposto pelo Município de Jaboatão dos Guararapes em face do Espólio de Domingos Sávio M. de Melo, cujo objetivo é a reforma da sentença proferida nos autos da Execução Fiscal nº 112-43.2005.8.17.0810, nos seguintes termos:

" Vistos etc.

O Município de Jaboatão dos Guararapes, por intermédio de seu Procurador, propôs a presente execução fiscal contra Domingos Savio M de Melo., postulando recebimento de créditos fiscais de IPTU inscrito na Dívida Ativa, relativos aos exercícios de 1999, 2000 e 2001, conforme demonstra a certidão de fls.03. Após a devolução da Carta de Citação, o espólio do executado apresentou objeção de pré-executividade alegando que a execução fiscal em referência foi proposta em face de Domingos Sávio Montenegro e não do seu espólio, incorrendo, assim, em carência da ação, eis que a parte legitimamente passiva é o espólio e não o executado falecido. Instado a se manifestar acerca da objeção de pré-executividade, o exequente aduziu que diante da ausência de uma das condições da ação o feito deveria ser extinto sem julgamento do mérito, nos termos do art.267, VI do CPC.

É o relatório. Decido. (...)

Assiste razão ao espólio do executado quando afirma que o executado apontado na CDA, é parte ilegítima para figurar na execução fiscal, devendo assim, em razão da carência da ação, ser o processo extinto sem resolução do mérito.

Isto posto, acolho a preliminar de carência de ação argüida pelo espólio do executado para extinguir o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, VI do CPC, condenando o Município exequente no pagamento dos honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor atualizado da execução. Intimem-se. Cumpra-se."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

111
Top.

2. Irresignado, o Município interpôs apelação. Em suas razões recursais (às fls. 61/66), o apelante insurgiu-se apenas contra o valor dos honorários advocatícios em que foi condenado. Aduz que; i) o percentual de 10%, a título de condenação em honorários, é desconforme com a simplicidade da causa e desarrazoada; ii) a teor do §4º do art. 20 do CPC, a norma processual é incisiva ao determinar que seja fixado consoante apreciação equitativa o arbitramento dos honorários de sucumbência em percentagem inferior a 10 %; iii) pugna pela reforma da sentença a fim de que sejam arbitrados honorários advocatícios no valor de 1.000,00 (um mil reais).

3. Contrarrazões às fls. 70/76.

4. Às fls. 84/90, foi proferida decisão monocrática por esta relatoria, negando seguimento ao recurso de apelação.

5. Irresignado, a Edilidade interpôs o presente agravo legal, reiterando os termos da apelação e alegando a indevida aplicação do art. 557, caput, do CPC.

6. Forte nas razões recursais supracitadas, solicita o agravante que esta relatoria, com esteio no art. 557, §1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada. Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

Face ao não exercício do juízo de retratação, ponho o feito em julgamento colegiado. Não houve parecer do órgão Ministerial.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

112
Vp.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0000112.43. 2005.8.17.0810 (0306930-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

PROCURADOR : LUIZ KEHERLE CORDEIRO BEZERRA

AGRAVADO : DOMINGOS SÁVIO M. DE MELLO

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATORA CONVOCADA: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Ao analisar a apelação nº 0306930-3, foi proferida decisão nos seguintes termos:

1. Trata-se de apelação interposta pelo Município de Jaboatão dos Guararapes em face da sentença proferida pelo M.M. Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes que, acolhendo exceção de pré- executividade, extinguiu a execução fiscal nº 112-43.2005.8.17.0810, nos seguintes termos:

" Vistos etc.

O Município de Jaboatão dos Guararapes, por intermédio de seu Procurador, propôs a presente execução fiscal contra Domingos Savio M de Melo., postulando recebimento de créditos fiscais de IPTU inscrito na Dívida Ativa, relativos aos exercícios de 1999, 2000 e 2001, conforme demonstra a certidão de fls.03. Após a devolução da Carta de Citação, o espólio do executado apresentou objeção de pré-executividade alegando que a execução fiscal em referência foi proposta em face de Domingos Sávio Montenegro e não do seu espólio, incorrendo, assim, em carência da ação, eis que a parte legitimamente passiva é o espólio e não o executado falecido. Instado a se manifestar acerca da objeção de pré-executividade, o exequente aduziu que diante da ausência de uma das condições da ação o feito deveria ser extinto sem julgamento do mérito, nos termos do art.267, VI do CPC.

É o relatório. Decido. (...)

Assiste razão ao espólio do executado quando afirma que o executado apontado na CDA, é parte ilegítima para figurar na execução fiscal, devendo assim, em razão da carência da ação, ser o processo extinto sem resolução do mérito.

Isto posto, acolho a preliminar de carência de ação argüida pelo espólio do executado para extinguir o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, VI do CPC, condenando o Município exequente no pagamento dos honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor atualizado da execução. Intimem-se. Cumpra-se."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

113
Top

2. Irresignado, o Município interpôs o presente apelo. Em suas razões recursais (às fls. 61/66), o apelante insurge-se apenas contra o valor dos honorários advocatícios em que foi condenado. Aduz que; i) o percentual de 10%, a título de condenação em honorários, é desconforme com a simplicidade da causa e desarrazoada; ii) a teor do §4º do art. 20 do CPC, a norma processual é incisiva ao determinar que seja fixado consoante apreciação equitativa o arbitramento dos honorários de sucumbência em percentagem inferior a 10 %; iii) pugna pela reforma da sentença a fim de que sejam arbitrados honorários advocatícios no valor de 1.000,00 (um mil reais).

3. Contrarrazões às fls. 70/76. O Espólio de Domingos Sávio Montenegro de Mello alega, em síntese, que: i) o valor dos honorários nem sempre deve ser proporcional ao valor da condenação, não se podendo falar em valores ínfimos, porquanto a matéria discutida não envolveu qualquer complexidade; ii) a disposição prevista no art. 20, §4º, do CPC consiste em uma faculdade do julgador em arbitrar um valor fixo na condenação em honorários, o que não lhe impede de arbitrar os honorários de forma proporcional ao valor da causa; iii) pugna pelo não provimento do presente recurso, a fim de que seja respeitada a sentença de fls. 56-58v.

É, no essencial, o relatório.

Passo a oferecer a seguinte prestação jurisdicional.

4. O cerne da presente controvérsia cinge-se ao *quantum* estabelecido no valor da condenação de honorários advocatícios. Indiscutível, portanto, o mérito da demanda originária. A decisão de piso estabeleceu a condenação em percentual de 10 % (dez por cento) sobre o valor atualizado da execução.

5. Do compulsar dos autos, entendo que o presente apelo não merece guarida, ao passo que o referido valor revela-se adequado. Explico.

6. Da análise detida do caderno processual, observa-se que, em 27/07/2004, a edilidade ajuizou execução fiscal para cobrança de crédito tributário (IPTU e Taxas Imobiliárias), no valor de R\$ 18.686,98 (dezoito mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos), em face de Domingos Sávio Montenegro de Mello, que havia falecido em 01/01/1998, cf. fl. 29.

O espólio do executado ofereceu incidente de exceção de pré-executividade (cf. fl.04/11) em que sustentou a carência da ação fiscal, em razão da ilegitimidade passiva do *de cujus*, a prescrição dos créditos tributários. Em 09/07/2012, o magistrado de origem preferiu sentença, acolhendo a preliminar de carência de ação e extinguindo o feito sem resolução de mérito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

114
[assinatura]

7. Pois bem. O Código de Processo Civil, em seu artigo 20, §3º e §4º, estabelece os critérios para fixação dos honorários advocatícios, nos seguintes termos:

Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Essa verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

(...)

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos:

a) o grau de zelo do profissional;

b) o lugar de prestação do serviço;

c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 4º - Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior. (Alterado pela L-008.952-1994)

8. Outro não é o entendimento deste E. Tribunal de Justiça, nos termos de sua Súmula nº 62, a qual estabelece que:

"nas ações que envolvam interesses da Fazenda Pública, seja ela autora ou ré, os honorários advocatícios devem ser fixados nos termos do § 4º do art. 20 do CPC".

Nesse viés, observo que o art. 20, § 4º, do CPC, deve ser interpretado de maneira que a remuneração do causídico não seja atribuída em valor nem excessivo nem ínfimo.

9. Mister ressaltar que, consoante entendimento sedimentado na jurisprudência pátria, o julgador não está adstrito aos percentuais previstos no parágrafo segundo do art. 20, podendo estabelecer, de forma equitativa, em cada caso, o percentual que entender cabível, conforme apreciação subjetiva dos parâmetros previstos no §3º deste dispositivo.

Neste sentido, veja-se os judiciosos precedentes da Corte Superior de Uniformização da Legislação Infraconstitucional-STJ:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. AÇÃO ORDINÁRIA. DECLARAÇÃO DO DIREITO À COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC. CRITÉRIO DE

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

115
Top.

EQUIDADE. 1. Vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade. 2. Nas demandas de cunho declaratório, até por inexistir condenação pecuniária que possa servir de base de cálculo, os honorários devem ser fixados com referência no valor da causa ou em montante fixo. 3. Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público e da Primeira Seção. 4. Tratando-se de ação ordinária promovida pelo contribuinte para obter a declaração judicial de seu direito à compensação tributária segundo os critérios definidos na sentença – não havendo condenação em valor certo, já que o procedimento deverá ser efetivado perante a autoridade administrativa e sob os seus cuidados –, devem ser fixados os honorários de acordo com a apreciação equitativa do juiz, não se impondo a adoção do valor da causa ou da condenação, seja porque a Fazenda Pública foi vencida, seja porque a demanda ostenta feição nitidamente declaratória. 5. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008. (1155125 MG 2009/0168978-1, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 10/03/2010, S1 – PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 06/04/2010, undefined)

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. APRECIÇÃO EQUITATIVA DO JUIZ. INEXISTÊNCIA DE LIMITE AOS PERCENTUAIS DE 10% E 20%. – É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial, tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes e "somente se abstraída a situação fática na análise realizada pelo Tribunal de origem". (AgRg no Ag 1.198.911/SP, Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 3.5.2010). Ag 1.198.911/SP– O arbitramento dos honorários advocatícios não se restringe aos percentuais de 10% a 20%, previstos no § 3º do art. 20 do CPC. Pode o julgador utilizar-se de percentuais sobre o valor da causa ou da condenação, assim como estabelecê-los em valor fixo, apreciação esta subjetiva do magistrado. Agravo regimental improvido. (1225273 PR 2010/0224033-6, Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 16/08/2011, T2 – SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/09/2011, undefined)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º DO CPC. FIXAÇÃO EM VALOR EXORBITANTE. REVISÃO. CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A FIXAÇÃO. REALIDADE PRÁTICA. INVIÁVEL O COTEJO ANALÍTICO. INADMISSIBILIDADE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

116
JP

1. A admissão dos embargos de divergência reclama a comprovação do dissídio jurisprudencial na forma prevista pelo RISTJ, com a demonstração das circunstâncias que assemelham os casos confrontados.

2. A fixação dos honorários advocatícios, por força do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC tem como critérios o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

3. Os referidos critérios são aferíveis à luz de cada caso concreto com suas particularidades, razão pela qual se torna juridicamente impossível o 'confronto analítico' que enseje os embargos de divergência. (...) 6. Embargos de divergência não conhecidos, nos termos da fundamentação" (REsp n. 903.152/MA, publicado em 16.4.2009, Corte Especial, da relatoria originária do em. Ministro Humberto Gomes de Barros, da relatoria para lavrar o acórdão do em. Ministro Luiz Fux).

10. Ora, percebe-se que o magistrado, em uma apreciação subjetiva, não está adstrito aos percentuais de 10% a 20% previstos no §3º do art. 20 do CPC, o que não significa que o togado singular não poderá, segundo critério de razoabilidade, estabelecer os honorários em razão de 10% sobre o valor da causa, como ocorreu no feito em lume.

Neste sentido, veja-se:

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA VENCIDA. APLICAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CPC. CRITÉRIO DE EQUIDADE. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL ARBITRADO NA SENTENÇA. À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Nas causas em que é vencida a Fazenda Pública, o arbitramento dos honorários advocatícios é feito mediante apreciação equitativa do juiz, na forma do disposto no art. 20, § 4º, do CPC, que levará em conta as circunstâncias elencadas nas alíneas do § 3º, sem submissão aos parâmetros percentuais ali indicados, podendo, inclusive, ser estipulados aquém ou além daqueles limites, bem como em valor certo, não percentual. 2. Nesse contexto, deve a atividade do hermenêuta no arbitramento dos honorários sucumbenciais ser sempre pautada pela observância dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, para o fim de estabelecer um quantum que, ao passo que valore a dignidade do trabalho do advogado, não consubstancie causa de enriquecimento desmedido. 3. Desta feita, considerada a natureza da causa e, sobretudo, o critério de equidade, entendo como justa e bem dosada a fixação dos honorários advocatícios em 10% do valor final da condenação, nos termos em que proferida a sentença combatida no apelo. 4. À unanimidade de votos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

117
top.

negou-se provimento ao Recurso de Agravado, para manter incólume a decisão terminativa fustigada. (TJ-PE - AGV: 198816 PE 01988169, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 04/03/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 52, undefined)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. REDUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA VENCIDA. APLICAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CPC E SÚMULA Nº 62 DO TJPE. CRITÉRIO DE EQUIDADE. À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. 1.É cediço que a teor do disposto no art. 20, § 4º, do CPC e da Súmula nº 62 deste Sodalício, nas causas em que for vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários deverá ocorrer com base na apreciação equitativa do magistrado, observado o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. 2.Nesse diapasão, a atividade do julgador no arbitramento dos honorários sucumbências deve ser pautada pela observância dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, para fim de estabelecer um quantum que, não obstante valere a dignidade do trabalho do advogado, não consubstancie causa de enriquecimento desmedido. 3. Assim, considerada a natureza da causa, o trabalho desenvolvido pelos patronos dos autores nos autos e, sobretudo, o critério da equidade, ratifico o percentual fixado em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação atualizada. 4. Integrativo improvido, mantendo-se a incolumidade da decisão agravada. 5. Decisão unânime. (TJ-PE - AGV: 283109801 PE 0019935-61.2012.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 20/12/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 07, undefined)

11. Do dedilhar do caderno processual, entendo que o valor arbitrado na sentença não destoia de critérios de razoabilidade e proporcionalidade, não merecendo ser minorado, posto que encontra-se em coerência com as particularidades da lide.

12. Forte em tais razões, considerando o disposto no art. 557, "caput" do CPC, aplicado à luz do princípio da economia processual e da efetividade da jurisdição (mormente no que toca à eventual prática de atos inúteis), **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo incólume a decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau.

Publique-se. Intime-se.

Recife, 7 de agosto de 2013.

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

118
JP.

Ora, como se pode observar, não assiste razão ao agravante, haja vista que os fundamentos por ele esposados não são suficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Quanto à alegação de que a aplicação, *in casu*, do art. 557 do Código de Ritos foi descabida, mister acrescentar apenas que a decisão monocrática desta relatoria foi fulcrada em jurisprudência de Tribunal Superior.

Ademais, no *decisum* agravado, restou claramente demonstrado a existência de orientação sedimentada no âmbito de Tribunal Superior que respaldou a tese adotada.

Nesse sentido, veja-se precedentes abaixo colacionados:

APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO LEGAL. ARTIGO 557 DO CPC. DIREITO DO CONSUMIDOR. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CONTRATO DE ADESÃO COM CLÁUSULA DE CORREÇÃO ATRELADA À VARIAÇÃO DO DOLAR AMERICANO. ONEROSIDADE EXCESSIVA. REVISÃO DA CLÁUSULA. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A possibilidade de o Relator julgar monocraticamente, nos termos do artigo 557, do CPC, representa simples delegação de poder do órgão colegiado. O Relator, em caso do tipo, atua como um porta-voz da colegialidade, podendo a sua decisão ser submetida, via agravo, ao crivo dos demais integrantes do órgão fracionário competente para julgar o recurso. Tal circunstância, à evidência, afasta qualquer afronta à Constituição (AgRg no RE nº 221.692/DF, Rel. Min. Carlos Velloso STF). 2. Consoante o art. 6º-V do Código de Defesa do Consumidor, sobrevindo, na execução do contrato, onerosidade excessiva para uma das partes, é possível a revisão da cláusula que gera o desajuste, a fim de recompor o equilíbrio da equação contratual. (REsp 437.660/SP) 6º- Código de Defesa do Consumidor (2368076 PE 0005773-95.2011.8.17.0000, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 26/04/2011, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 89, undefined)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

119
RJP.

PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL. ART. 557. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. REFERENDO DO JULGAMENTO PELO ÓRGÃO COLEGIADO. SUPRIMENTO DE EVENTUAIS NULIDADES. APELO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. AGRAVO NÃO PROVIDO. Não há violação do art. 557, quando o julgamento monocrático é submetido e referendado pelo Colegiado, sanando-se eventuais vícios. Ausência de argumentos inéditos capazes de alterar a decisão terminativa, a qual se encontra em consonância com o Superior Tribunal de Justiça. À unanimidade, negou-se provimento ao recurso de agravo. (201348 PE 02013483, Relator: Leopoldo de Arruda Raposo, Data de Julgamento: 03/02/2010, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 29, undefined)

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão acima colacionada, por seus próprios fundamentos, acrescentando-se apenas a ressalva acima.

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada